

CEFEs e Lula

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Louvável o elogio do presidente Lula ao ex-governador Leonel Brizola por implantar os chamados Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro, nos anos 1980. Entre o Merenda Escolar (1955) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2023), o Brasil lançou dezenas de leis. Sete décadas depois do primeiro, a necessidade desse último mostra o fracasso dos anteriores: os bisnetos ainda estão precisando de pacto federativo para realizar, aos oito anos, o que deveria ter beneficiado seus bisavós, aos cinco.

Fracassamos porque, no lugar de projetos executivos nacionais ambiciosos, optamos por intenções legais e com execução municipal. Brizola não fez leis, implantou escolas. Mas os CIEPs já não comportam as inovações pedagógicas surgidas nas últimas décadas; além disso, a estratégia de mudar a educação do país por unidades escolares isoladas não dá a continuidade necessária para atingir todo o sistema escolar. No lugar de escolas, o Brasil precisa de Cidades inteiras com Educação Federal (CEFEs) até formar um sistema de educação de base com qualidade e equidade para todos.

A solução para a qualidade e a equidade já existe e é praticada: ampliar para todas as crianças o sistema escolar das públicas federais. Essas escolas federais já demonstram qualidade superior à média nacional e às próprias escolas particulares de boa qualidade. Faltam-lhes pouco para poderem oferecer a todos seus alunos a formação para terminarem a educação de base plenamente preparados para o mundo contemporâneo: falar e escrever bem o idioma português; fluente em pelo menos mais um idioma; conhecer os fundamentos da matemática, ciências, geografia, história, artes, filosofia; debater os temas do mundo moderno; usar as ferramentas digitais; dispor de pelo menos um ofício; ser capaz de administrar suas finanças particulares; adquirir solidariedade com os vizinhos, com a humanidade e com a natureza; ser capaz de obter educação continuada até o fim da vida; disputar vaga em curso superior de qualidade em condições iguais com os demais brasileiros. Com esse conhecimento, todos concluiriam sua educação de base dispondo do mapa para caminhar em busca da felicidade pessoal e das ferramentas para construir um Brasil com pleno desenvolvimento sustentável.

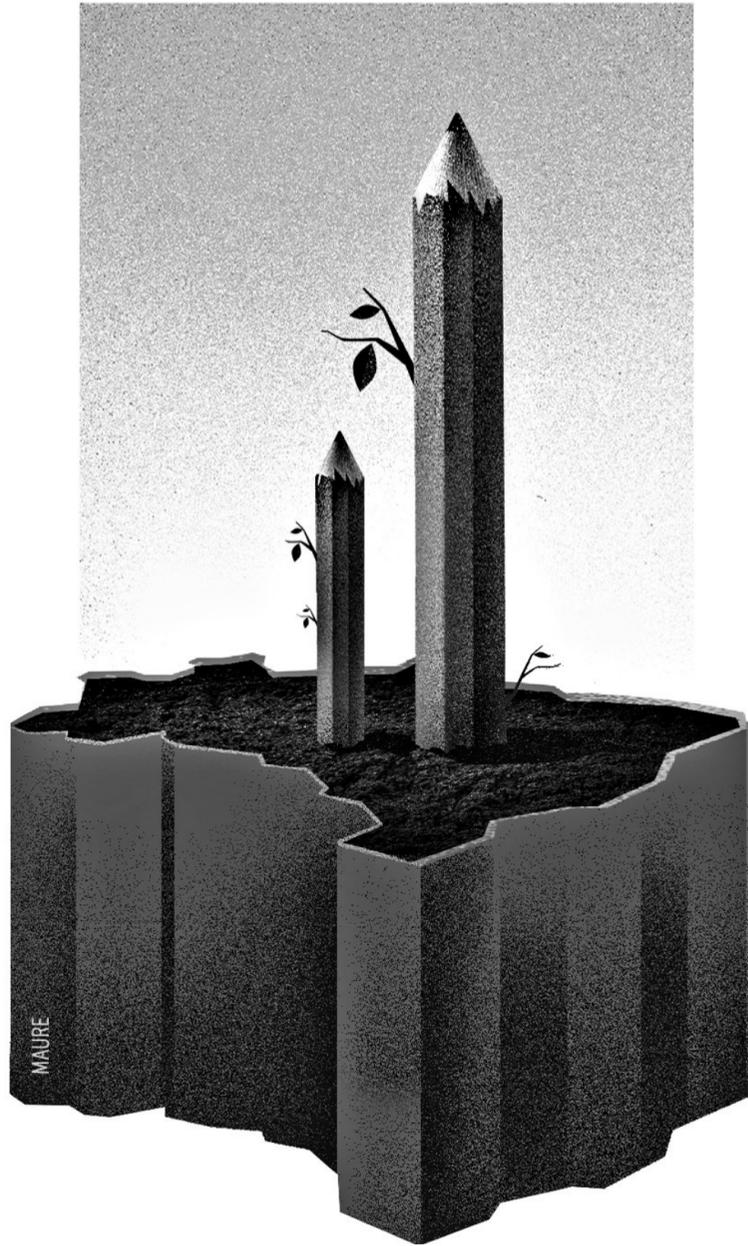
Successivos governos nacionais substituiriam as escolas municipais de cada cidade por federais, todas em horário integral, com edificações e equipamentos modernos; professores de uma carreira nacional com elevada remuneração, formação, dedicação e avaliação de resultados. Ao final, estaria implantado o sistema nacional com o padrão das atuais escolas federais de reconhecida qualidade.

Há décadas, essa solução é limitada para um pequeno número de brasileiros que podem pagar custosas escolas particulares ou que conseguem acesso em competentes escolas federais: um sistema injusto, porque exclusivo para poucos, e ineficiente, porque desperdiça milhões de cérebros, principal recurso do mundo atual. Além da injustiça, o Brasil continua barrando o potencial de 80% de seus cérebros. Sem uma política nacional ambiciosa e com instrumentos federais efetivos, em 2041, apenas 50% dos 2,5 milhões dos brasileiros que nasceram em 2023 terminarão o ensino médio; no máximo, a metade

deles plenamente preparados para as exigências do mundo contemporâneo. Hoje, pagamos elevado preço por esse descuido histórico. Está no momento de fazer a inflexão necessária para construirmos o país que desejamos.

Nenhum governo será capaz de implantar esse sistema em todo o território nacional durante um ou dois mandatos, mas o governo Lula ainda tem condições de espalhar o padrão federal em 50 a 100 cidades, com 10 mil alunos cada. Seu governo estaria dando início à revolução que o país precisa se quiser aproveitar o recurso intelectual de cada brasileiro e dar oportunidades iguais a todos eles.

Outros presidentes adotaram estratégias nacionais para indústria e infraestrutura, sucessivos governos desde a redemocratização investiram no aumento do número de alunos no ensino superior, mas nenhum assumiu a responsabilidade nem definiu metas e rumos ambiciosos para a base do progresso, que é a educação básica. O presidente Lula tem a oportunidade de deixar essa marca originada em seu governo com ambição transformadora para todo o Brasil. Se ele não quiser, esperemos que, em 2026, algum candidato apresente a proposta das CEFEs em sua plataforma eleitoral. E que os eleitores o escolham.



Gasto público e crescimento da economia

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER
Empresário

A melhora na nossa classificação de risco de crédito soberano feita pela S&P Global Ratings Brasil, sem dúvida, foi uma boa notícia para fechar o ano de 2023. A agência de risco atribui o fato em grande parte às reformas que vêm sendo feitas desde 2016 para enfrentar a péssima situação fiscal da época, e o consequente crescimento da economia acima do esperado nos últimos três anos, embora muito fraco em relação a países emergentes comparáveis, como a Índia, que, tinha um PIB 44% inferior ao nosso e, em 2021, já havia superado o do Brasil em 100%. As notas da S&P, porém, manifestam preocupação com o retrocesso nas regras de governança das estatais e com o fato de o novo regime fiscal depender principalmente do aumento de arrecadação, ainda mais considerando a já elevada carga tributária do país: “As perspectivas de crescimento de longo prazo continuarão limitadas por déficits fiscais elevados e rigidez orçamentária.”

O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega reforça o que estudos em diversos países têm constatado: que o melhor ajuste fiscal é o que foca na redução de despesas, e não no aumento de receitas, por poder enxugar áreas menos importantes e evitar cortes em investimentos e em programas prioritários. Além do que, alerta: “A opção pela receita eleva a participação do governo na economia e acarreta alocação menos eficiente de recursos, o que afeta negativamente a produtividade e o potencial de crescimento”. Mas Maílson lembra que, a partir da Constituição de 1988, “construímos uma rigidez orçamentária (gastos obrigatórios) sem paralelo no planeta”, que ultrapassava os 95% dos gastos primários, o que dificulta muito o ajuste pelo gasto. Mas, por outro lado, pouquíssimas vezes se viu qualquer vontade do governo de enfrentar esse problema.

Também Yoshiaki Nakano, ex-secretário da Fazenda paulista e por 20 anos diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, demonstra preocupação com o atual regime fiscal, por exigir crescimento constante da receita para fazer frente ao aumento de gastos sempre acima da inflação, especialmente gastos correntes, como os de pessoal: “Se você não colocar claramente uma trava na despesa, o que vai acabar ocorrendo é piorar a qualidade da economia brasileira”. A ideia de crescimento via aumento de gastos do governo é uma direção errada, na sua opinião. Recomenda ajuste das contas públicas para que o investimento atinja o nível adequado, como condição para o aumento da produtividade.

Na mesma direção, o economista Pérsio Arida, um dos pais do Plano Real, manifesta preocupação com o esforço do atual governo para aumentar receita para poder gastar mais, dada a já muito elevada carga de impostos. “Se o governo quiser ampliar os gastos numa direção, que trate de diminuir em outra. Tem muitos desperdícios no setor público... Temos uma série de gastos que, quando anunciados, no campo das intenções, sempre são méritos, mas que terminam com uma governança e um funcionamento muito ruins. Em parte, porque o Estado brasileiro não é eficiente; em parte, por captura por grupos de interesse; e, muitas vezes, por inércia, além do já mencionado engessamento do orçamento. Se aumentar os gastos porque, supostamente, a economia está fraca, quero ver diminuir depois. É fácil aumentar, é muito difícil reduzir.”

O que estamos vendo no Brasil reflete bem o que, certa vez, disse o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel: que o fisco tem a missão de arrecadar os recursos para fazer frente aos gastos do Estado. Então, quanto maiores os dispêndios, maior a arrecadação necessária. Por outro lado, se com maior eficiência dos gastos a necessidade de arrecadação diminuir, abre-se o único caminho para a redução da carga tributária e o melhor caminho para o aumento de produtividade da economia. Hoje, a Secretaria da Receita Federal (SRF), um dos órgãos mais eficientes do governo, foca só na arrecadação. Por que não dividir os esforços, olhando também a qualidade da despesa, para buscar um ponto de equilíbrio entre receita e despesa num nível mais baixo de arrecadação, o que certamente contribuiria para aumentar a competitividade da economia? Poderia ser criada a Secretaria da Despesa Federal com remanejamento de quadros da SRF — portanto sem aumentar o gasto da máquina, com poderes para fiscalizar a eficiência dos dispêndios, diferentemente da Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, que não tem passado do campo das boas intenções nesse assunto, pela própria concepção. E isso poderia ser replicado nos estados e municípios.

Também não custa lembrar que, como famílias, empresas e muitos países, o Estado precisa preparar-se nos momentos de bonança para enfrentar momentos difíceis, que sempre vêm, com políticas anticíclicas, inclusive de apoio aos mais pobres, como foi feito durante a pandemia. No Brasil, infelizmente, nos períodos favoráveis os governos, têm aumentado gastos obrigatórios, que muito dificilmente serão reduzidos quando precisarmos apertar os cintos. Sem dúvida, a responsabilidade social é pauta obrigatória quando se discutem prioridades do país, especialmente no prover igualdade de oportunidades, mas a solução não deve vir por meio da extração de mais recursos da sociedade, isto é, de aumento da carga tributária. É preciso um esforço para fazer mais com menos, o que certamente contará muitos pontos para recuperarmos o grau de investimento nas agências de risco.

Hidrogênio verde para combinar recursos naturais à reindustrialização

» FERNANDA DELGADO
Diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV)

Muito tem sido falado, discutido e debatido sobre o hidrogênio verde (H2V) no Brasil: potencialidades para produção, possibilidades de usos, posicionamentos de polos para exportação e consumo interno, agendas político-regulatórias em formação e capacitação de agentes institucionais e no mercado. Nunca estivemos tão próximos de realizar a visão de “o país do futuro”, por congregarmos as condições ideais para a confecção do energético que servirá para trazer para baixo o conteúdo de carbono de produtos intensivos em energia e emissões. Fontes de energia renovável e de carbono biogênico em abundância, sistema de rede interligado, complexos portuários com visão integrada à industrialização, instituições de fomento com experiência no financiamento da transição energética — açambarcam condições benéficas para tal.

Porém, o H2V, certamente, não é a saída para todas as fontes de emissões de gases de efeito estufa, tampouco a solução exclusiva das mudanças climáticas. Mas ajuda muito. A solução, na verdade, passaria por uma miríade de tecnologias acopladas, desde que sua inserção na sociedade seja planejada. Na contramão do planejamento integrado e do papel relevante de cada solução para a transição energética, a disseminação de informações equivocadas ou antiquadas prejudica o diálogo com a sociedade e com o governo.

Para o avanço dessa nova indústria do H2V, muitas barreiras precisariam ser superadas no ambiente político, nos aspectos econômicos e comerciais, na infraestrutura e, sobretudo, no campo informacional. Assim, valem alguns

destaques que importa serem considerados no debate para reduzir assimetrias na informação e gerar confiança na sociedade.

A ideia do uso da energia limpa apenas para recuperar a produção industrial brasileira é limitada. Isso porque a desindustrialização no país é explicada pela redução da participação da indústria no valor adicionado total, ocorrendo de forma prematura, uma vez que o nível de renda per capita é menor quando comparado a outros países que atravessaram esse processo e, ao mesmo tempo, não houve saltos em produtividade que sinalizassem maturidade na economia. A ausência de um processo de industrialização pode estar ligada à complexidade tributária, à baixa integração na economia global, aos gargalos na infraestrutura logística e digital, na formação profissional, além de encargos que elevam o custo da energia.

A indústria do hidrogênio verde a ser construída não tende a impactar o custo de energéticos e cadeias produtivas já estabelecidas, pois o H2V é voltado para produtos “verdes” de maior valor agregado, que possam fazer frente às novas exigências do mercado internacional, como o europeu Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), que sobretaxará produtos com alto teor de carbono. Mas não se trata de descarbonizar a Europa. O adensamento da cadeia produtiva nacional visa o atendimento ao mercado interno e a busca pelo retorno ao mercado de fertilizantes do país. Outrossim, há a possibilidade real de desenvolvimento de fornecedores, tecnologia e mão de obra.

A indústria do hidrogênio verde é sofisticada

do ponto de vista técnico, de engenharia e de mão de obra, que contribuiria para diversificar e ampliar o valor agregado das exportações brasileiras: transborda o energético per se, constituindo-se insumo para o aço verde, o fertilizante de baixo carbono e eletrocombustíveis como amônia verde, e-metanol e SAF, processos de refino — enfim, produtos e processos de alto valor agregado.

O impacto de cada planta de H2V implica milhões de dólares para a economia. Segundo estudos da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV) e da LCA, essa nova indústria pode proporcionar R\$ 7 trilhões, até 2050, em impactos diretos, indiretos e afetos no PIB nacional e gerar superávit fiscal de R\$ 693 bilhões no mesmo período.

A visão limitada que uma suposta pressa para ocupar o posto de protagonista do H2V custaria caro ao Brasil, que não reconhece, na verdade, que os atrasos regulatórios têm custado mais caro. A vantagem de se antecipar significa coibir a dependência tecnológica no futuro e desenhar acordos de cooperação com outros países de modo a projetar a influência brasileira no cenário internacional. A dependência nas vantagens em recursos naturais preveniu, historicamente, o Brasil de formar políticas e pacotes econômicos ambiciosos para desenvolver indústrias na vanguarda tecnológica. O H2V traz, por outro lado, a oportunidade de combinar os recursos naturais energéticos ao processo de industrialização, capaz de conduzir o país à nova ordem econômica mundial verde, preparando, hoje, a indústria do futuro.